

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Oeste S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	18
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	19
7. IMOBILIZADO	20
8. INTANGÍVEL	22
9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	24
10. FORNECEDORES	26
11. ENCARGOS REGULATÓRIOS	26
12. TRIBUTOS	27
13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS.....	28
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
15. RECEITA	29
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	31
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	31
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	36
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	40
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Oeste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A CEMIG GERAÇÃO OESTE

A Cemig Geração Oeste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) Cajurú, Gafanhoto e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram em 8 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$60.595 mil, subscrito e integralizado, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Resultado de R\$19.530 mil em 2022, em comparação ao resultado de R\$22.121mil em 2021, uma redução de 11,71% devido, principalmente, à redução do fornecimento bruto de energia elétrica para a classe industrial.

Receita

A Cemig Geração Oeste S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 16/2016 – ME – PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

As principais variações na receita da Companhia são conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2022 foi de R\$15.815 mil, em comparação a R\$19.916 mil em 2021.

A Cemig Geração Oeste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$15.474 mil em 2022 (R\$16.610 mil em 2021), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$11.247 mil em 2022 (R\$10.992 mil em 2021), um aumento de 2,32%. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com serviços de terceiros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2022, a Companhia apurou despesas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$2.470 mil, representando 11,22% em relação ao resultado de R\$22.000 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2021, a Companhia apurou despesas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.586 mil, representando 6,69% em relação ao resultado de R\$23.707 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$18.779 mil, comparativamente a R\$22.906 mil em 2021. A Margem do LAJIDA foi de 63,27% em 2022 e 68,60% em 2021, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado Líquido	19.530	22.121	(11,71)
Despesa de IR e CS	2.470	1.586	55,67
Depreciação /Amortização	346	273	26,74
Resultado Financeiro	(3.566)	(1.074)	232,03
LAJIDA	18.780	22.906	(18,02)
Margem LAJIDA	63,27%	68,60%	(7,77)

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023 que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$19.530 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$977 mil para constituição de reserva legal;
- R\$9.277 mil para constituição de reserva especial;
- R\$9.277 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros a realizar, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Continuamente ao ano de 2021, os trabalhos foram feitos com as COMPDECs-Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil e foram realizadas reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

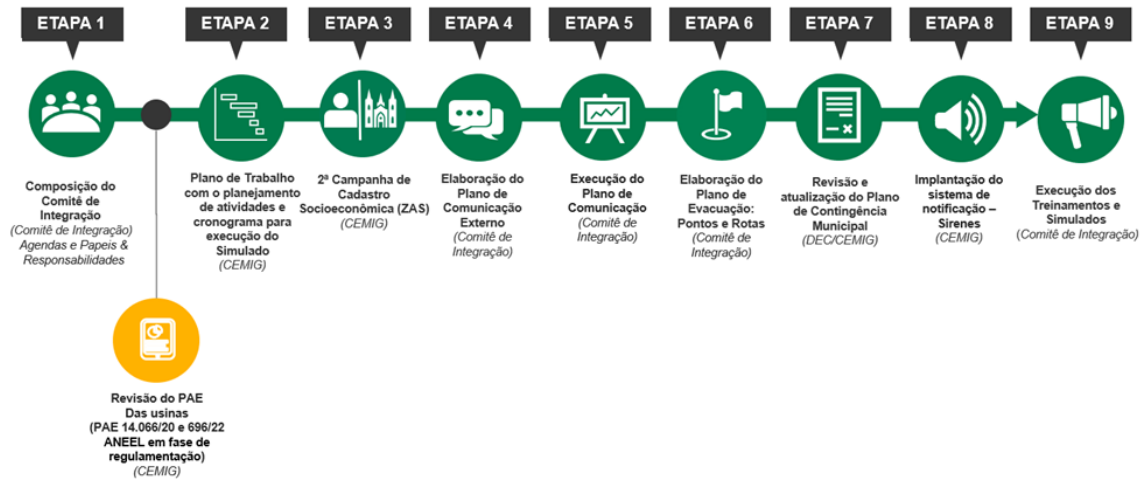
Em 2022, a Cemig continuou trabalhando temas inseridos no tratamento da Lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, apresentando a estratégia de Alerta/Alarme e meios de comunicação em cenários de emergências em rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas.

Os PAEs também focam na apresentação de riscos de inundação causados por cheias ordinárias, além dos possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Nos anos de 2020 e 2021, as tratativas dos PAEs das barragens da empresa, junto às Defesas Cíveis Municipais, foram feitas de “modo individual” e com pauta específica, e usado a bandeira do “Programa Proximidade”. A partir de julho de 2022, a Gerência de Planejamento Energético da CEMIG, como responsável pelo relacionamento com as Defesas Cíveis Municipais, criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal. Participam, minimamente, as instituições de interesse direto para o tema, quais sejam, COMPDECs, Defesas Cíveis Municipais, REDECs (Regionais de Defesa Civil Estadual) e unidades dos CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MG), correlatos aos municípios mapeados.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2022:

1. Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
2. Debates com a comunidade para criação e melhorias do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e proximidade de rotas de fuga e pontos de encontro)
3. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento de 03 barragens (remanescentes do ano 2021)
4. Instalação de Sinalização de Alerta (placas Rotas de fuga e Pontos de Encontro) em 05 municípios.
5. Em continuidade das ações do Pesquisa & Desenvolvimento (“P&D”) do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, foram distribuídos, gratuitamente, cerca de 900 aparelhos para a população mapeada e cadastrada na ZAS das barragens das PCHs Cajuru e Piau, nos municípios de Divinópolis, Carmo do Cajuru e Piau. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Ainda no ano de 2022, após 03 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHes Queimado, Nova Ponte, Emborcação e Irapé). Estes eventos contaram com a participação de cerca de 140 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Oeste é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	5.094	1.209
Títulos e Valores Mobiliários	4	29.415	24.540
Consumidores e Revendedores	5	2.471	2.264
Ativo Financeiro da Concessão	6	10.575	9.680
Tributos Compensáveis		63	65
Fundos Vinculados		4	23
Outros ativos		470	18
TOTAL DO CIRCULANTE		48.092	37.799
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	111	5.047
Tributos Compensáveis		381	333
Outros ativos		44	44
Ativo Financeiro da Concessão	6	69.448	65.619
Imobilizado	7	26.026	6.824
Intangível	8	223	230
Direito de Uso	9a	91	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		96.324	78.176
ATIVO TOTAL		144.416	115.975

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	7.636	1.187
Encargos Regulatórios	11	195	276
Impostos, Taxas e Contribuições	12a	946	386
Imposto de Renda e Contribuição Social	12b	305	152
Transações com Partes Relacionadas	19	173	150
Passivo de Arrendamento	9b	20	10
Outras Obrigações		51	51
TOTAL DO CIRCULANTE		9.326	2.212
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	-	91
Encargos Regulatórios	11	282	139
Impostos, Taxas e Contribuições	12a	487	272
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12c	1.092	406
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	13	7.630	6.792
Passivo de Arrendamento	9b	79	73
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.570	7.773
TOTAL DO PASSIVO		18.896	9.985
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital Social		60.595	60.595
Reserva de Lucros		64.925	45.395
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		125.520	105.990
PASSIVO TOTAL		144.416	115.975

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto Resultado por Ação)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	15	29.681	33.391
CUSTOS OPERACIONAIS	16		
Custo com energia elétrica		(3.260)	(4.816)
Custos de operação		(6.932)	(5.167)
		(10.192)	(9.983)
LUCRO BRUTO		19.489	23.408
DESPESA OPERACIONAL	16		
Despesas Gerais e Administrativas		(964)	(861)
Outras Despesas Operacionais		(91)	(148)
		(1.055)	(1.009)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico		-	234
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		18.434	22.633
Receitas Financeiras	17	4.498	1.402
Despesas Financeiras	17	(932)	(328)
		3.566	1.074
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		22.000	23.707
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	18	(1.783)	(1.045)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18	(687)	(541)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		19.530	22.121

Cemig Geração Oeste

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	19.530	22.121
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>19.530</u>	<u>22.121</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por Ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	60.595	3.716	19.558	-	83.869
Resultado do Exercício	-	-	-	22.121	22.121
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					-
Reserva Legal	-	1.106	-	(1.106)	-
Reserva Especial			10.508	(10.508)	-
Retenção de Lucros	-	-	10.507	(10.507)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	60.595	4.822	40.573	-	105.990
Resultado do Exercício				19.530	19.530
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					-
Reserva Legal		977		(977)	-
Reserva Especial			9.277	(9.277)	-
Retenção de Lucros a realizar			9.277	(9.277)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	60.595	5.799	59.126	-	125.520

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	19.530	22.121
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 18)	687	541
Atualização Monetária Bonificação de Outorga (Nota 6)	(15.474)	(16.610)
Depreciação e Amortização	346	273
Juros Passivo de Arrendamento	16	15
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	838	287
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	-	(234)
	5.943	6.393
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(207)	15
Ativo Financeiro da Concessão	10.750	9.756
Tributos Compensáveis	(46)	(134)
Outros	(553)	-
	9.944	9.637
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	6.358	(602)
Impostos, Taxas e Contribuições	775	359
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.058	862
Encargos Regulatórios	62	(33)
Transações com Partes Relacionadas	23	(6)
Outros	102	6
	8.378	586
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	24.265	16.616
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(905)	(958)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	23.360	15.658
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários	61	(17.844)
Fundos Vinculados	19	21
Imobilizado	(19.451)	(2.007)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(19.371)	(19.830)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamentos pagos	(104)	(104)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(104)	(104)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.885	(4.276)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.209	5.485
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	5.094	1.209
	3.885	(4.276)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Oeste S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A empresa é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.842/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins da Cemig GT para a Cemig Geração Oeste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 16/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.068, de 12/07/2022. Em 2022, cerca de 30% da garantia física da empresa foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Cajuru	01/2053
Gafanhoto	01/2053
Martins	01/2053

Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

Principais investimentos realizados em 2022:

- Iniciadas as obras de ampliação da capacidade vertente da Usina Cajuru. A previsão é que as obras estejam concluídas em 2023;
- Substituição das grades da Tomada D'água da Usina Gafanhoto;
- Reforma das comportas da Usina Gafanhoto. Previsão de conclusão em 2023.
- Reforma das excitatrizes das unidades geradoras 01, 03 e 04 da Usina Gafanhoto;

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e Revendedores (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 6 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 7 – Imobilizado (depreciação)
- Nota 8 – Intangível (amortização)
- Nota 9 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 15 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma "abordagem de custo relacionado diretamente", sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022

CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022
---------------------------------	---	------------

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas Bancárias	31	44
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	105	-
Overnight	4.958	1.165
TOTAL	5.094	1.209

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que foi de 99,0% do CDI em 2022, conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de que variou entre 13,62% a.a e 13,64% a.a em 31 de dezembro de 2022 (entre 8,87% a.a e 9,14% a.a em 2021), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	3.230	1.438
Letras Financeiras - Bancos	19.405	20.266
Letras Financeiras do Tesouro	6.780	2.551
Debêntures	0	285
	29.415	24.540
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	0	4.977
Debêntures	111	70
	111	5.047
	29.526	29.587

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou de 103% a 104,4% do CDI em 2022 (107,24% em 2021), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 103,3% a 110,26% do CDI em 2022 (entre 105% e 130% do CDI em 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento – FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial (TR)+1% e 114,29% do CDI em 2022 (entre (TR)+1% e 109% do CDI em 2021).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Saldos Vencidos	Total	
	Não Faturado	Até 90 dias	2022	2021
Fornecimento Industrial	238	-	238	384
Suprimento a Outras Concessionárias	2.114	-	2.114	1.814
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	3	116	119	66
CCEE				
Total	2.355	116	2.471	2.264

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada de créditos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras.

Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perda esperada de crédito é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas as PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão das PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins para a Cemig Geração Oeste – S.A., Sociedade de Propósito Específico – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016, a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas”). Para os exercícios de 2022 e 2021 a energia foi comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre – (“ACL”).

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	75.299	68.445
Recebimentos	(10.750)	(9.756)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	15.474	16.610
Saldo final	80.023	75.299
Circulante	10.575	9.680
Não Circulante	69.448	65.619

Prática contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2022			2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		6.059	(633)	5.426	4.763	(385)	4.378
Obras civis, benfeitorias e edificações	4,14	524	(34)	490	386	(16)	370
Máquinas e equipamentos	3,87	5.535	(599)	4.936	4.377	(369)	4.008
Em curso		20.600	-	20.600	2.446	-	2.446
Total		26.659	(633)	26.026	7.209	(385)	6.824

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	4.763	-	-	1.296	1.296	6.059	(633)	5.426
Obras civis, benfeitorias e edificações	386	-	-	138	138	524	(34)	490
Máquinas e equipamentos	4.377	-	-	1.158	1.158	5.535	(599)	4.936
Em curso (a)	2.446	19.450	-	(1.296)	18.154	20.600	-	20.600
Total	7.209	19.450	-	-	19.450	26.659	(633)	26.026

- (a) Refere substancialmente a reformas do vertedouro da UHE Cajuru, comportas da UHE Gafanhoto e investimentos nas comportas e barragens da UHE Martins.

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	4.171	-	-	592	592	4.763	(385)	4.378
Obras civis, benfeitorias e edificações	86	-	-	300	300	386	(16)	370
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	4.085	-	-	292	292	4.377	(369)	4.008
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	1.031	2.007	-	(592)	1.415	2.446	-	2.446
Total	5.202	2.007	-	-	2.007	7.209	(385)	6.824

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2022, a taxa média de depreciação anual foi de 4,12% (3,89% em 2021).

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é

constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

8. INTANGÍVEL

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$234, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de depreciação (%)	2022			2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço		234	(11)	223	234	(4)	230
Ativos da concessão - GSF		234	(11)	223	234	(4)	230
Total		234	(11)	223	234	(4)	230

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	234	-	-	-	-	234	(11)	223
Ativos da concessão - GSF	234	-	-	-	-	234	(11)	223
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	234	-	-	-	-	234	(11)	223

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros, baseando-se em premissas internas da Companhia.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Oeste	234			
Cajuru (Cemig)	234	05/01/2046	7,0	03/01/2053

Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74	80	154
Adição			
Remensuração	7	1	8
Amortização	(3)	(81)	(84)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	78	-	78
Remensuração	7	94	101
Amortização	(3)	(86)	(89)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82	8	90

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo

incremental do Grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	164
Adição	
Juros incorridos	15
Arrendamentos pagos	(98)
Juros sobre arrendamentos pagos	(6)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Juros incorridos	31
Arrendamentos pagos	(102)
Juros sobre arrendamentos pagos	(14)
Remensuração	101
Saldo em 31 de dezembro de 2022	99
Passivo circulante	20
Passivo não circulante	79

A análise de vencimento do passivo de arrendamento está demonstrada na nota explicativa nº 20.

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

10. FORNECEDORES

	2022	2021
Suprimento e Transporte de Energia	70	151
Materiais e Serviços	7.566	1.036
Outros	0	91
TOTAL	7.636	1.278
Circulante	7.636	1.187
Não Circulante	-	91

11. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2022	2021
Passivo		

Pesquisa Expansão Sistema Energético	9	9
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos	-	50
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	18	18
Pesquisa e Desenvolvimento	445	333
CDE sobre P&D	5	5
	477	415
Circulante	195	276
Não Circulante	282	139

12. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições Sociais

	2022	2021
Circulante		
ICMS	1	102
COFINS	68	69
PASEP	15	15
INSS	585	152
ISSQN	227	12
Outros	50	36
	946	386
Não circulante		
COFINS	400	223
PASEP	87	49
	487	272
TOTAL	1.433	658

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2022	2021
Circulante		
Imposto de Renda	131	82
Contribuição Social	174	70
TOTAL	305	152

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2022	2021
Não Circulante		
Imposto de Renda	785	294
Contribuição Social	307	112

TOTAL

1.092

406

13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devido 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$6.505 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$7.630. A Companhia aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Capital Social da Companhia é de R\$60.595, subscrito e integralizado, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2022	2021
Reserva Legal	5.799	4.822
Reserva Especial	19.785	10.508
Reserva de Retenção de Lucros	39.342	30.065
	64.925	45.395

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$977 de Reserva Legal em 2022 (R\$1.106 em 2021), correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$9.277, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei. Em 2022, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária que os lucros não distribuídos sejam retidos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

Destinação do Resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023 que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$19.530, seja dada a seguinte destinação:

- R\$977 para constituição de reserva legal;
- R\$9.277 para constituição de reserva especial; e
- R\$9.277 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros a realizar, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

15. RECEITA

	2022	2021
Fornecimento Industrial	496	6.852
Fornecimento não Faturado Industrial	-	388
Transações com Energia na CCEE	831	827
Suprimento Cotas - Geração Própria	25.085	21.844
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	153	(239)
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga	(10.750)	(9.756)
Fornecimento bruto de energia elétrica	15.815	19.916
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a)	15.474	16.610
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(1.608)	(3.135)
	29.681	33.391

(a) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas Demonstrações Financeiras.

(b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2022	2021
Tributos sobre a Receita		
ICMS	143	1.295
COFINS	934	970
PIS-PASEP	202	210
	1.279	2.475
Encargos do Consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	70	65
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	100	106
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	50	53
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	189
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	79	206
CDE sobre P&D	30	41
	329	660
	1.608	3.135

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	116	2.035
Encargos de uso da rede básica de distribuição (a)	3.144	2.781
	3.260	4.816

Custos de operação

	2022	2021
Materiais	384	527
Serviços de terceiros	6.173	4.340
Depreciação	346	273
Outros custos operacionais	29	27
	6.932	5.167

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	964	861
Outras despesas operacionais, líquidas	91	148
	1.055	1.009
Custo total	10.192	9.983
Despesa operacional	1.055	1.009
TOTAL	11.247	10.992

(a) Encargos de uso da rede básica de distribuição

Referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução.

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	4.462	1.352
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	-	24
Variações Monetárias	2	-
Outras	34	26
	4.498	1.402
Despesas Financeiras		
Variações Monetárias	(69)	(14)
Juros Passivo de Arrendamento	(16)	(15)
Outras	(9)	(12)
Atualização PIS/PASEP e COFINS a serem restituídos a concessionárias	(838)	(287)
	(932)	(328)
RESULTADO FINANCEIRO	3.566	1.074

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	26.366	26.366
Percentual de Presunção	8%	12%
	2.109	3.164
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	2.887	2.887
Outras Receitas Financeiras	36	36
Base de Cálculo - Lucro Presumido	5.032	6.087
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	755	548
Adicional 10% valor superior a R\$240	479	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.234	548
Ajuste de Apuração de IRPJ/CSLL 2021	1	-
Rendas não resgatadas	1.575	1.575
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas	394	142
Receita por competência diferida	4.923	4.923
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	394	591
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	98	53
Amortização custos GSF	(7)	(7)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(1)	(1)
Alíquota	25%	9%
Total	-	-
Corrente	1.235	548
Diferido	492	195

	2021	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	29.108	29.108
Percentual de Presunção	8%	12%
	2.329	3.493
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	456	456
Outras Receitas Financeiras	50	50
Base de Cálculo - Lucro Presumido	2.835	3.999
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	425	360
Adicional 10% valor superior a R\$240	260	-
IR e CS – Lucro Presumido	685	360
Rendas não resgatadas	896	896
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas	224	81
Receita por competência diferida	7.418	7.418
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	593	890
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	148	80
Amortização custos GSF	234	234
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	19	28
Alíquota	25%	9%
Total	5	3

Corrente	685	360
Diferido	377	164

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Operações com energia elétrica (3)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	66	-	-	-	-
Cemig Distribuição	174	154	70	68	1.974	1.789	(3.163)	(2.822)
Convênio de compartilhamento (1)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	173	150	-	-	(548)	(475)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	200	177	-	-	(2.490)	(2.474)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	4.958	1.165	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	29.415	24.539	-	-	2.591	1.021	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	111	5.047	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,63% em 31 de dezembro de 2022 (1,38% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	18	16
Participação nos resultados	5	3
Previdência privada	2	1
Total (1)	25	20

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		2.471	2.471	2.264	2.264
Títulos e Valores Mobiliários		4.059	4.059	15.529	15.529
Ativos financeiros da Concessão		80.024	80.024	75.300	75.300
Fundos Vinculados		4	4	23	23
		86.558	86.558	93.116	93.116
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	5.063	5.063	1.165	1.165
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	3.229	3.229	1.437	1.437
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	15.458	15.458	10.070	10.070
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	6.780	6.780	2.551	2.551
		30.530	30.530	15.223	15.223
		117.088	117.088	108.339	108.339
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(7.636)	(7.636)	(1.278)	(1.278)
Passivo de Arrendamento		(99)	(99)	(84)	(84)
		(7.735)	(7.735)	(1.362)	(1.362)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com passivos de arrendamentos e fornecedores está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento	10	-	11	48	30	99
Fornecedores	7.636	-	-	-	-	7.636
TOTAL	7.646	-	11	48	30	7.735

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das PCHs, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Oeste S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 07 de junho de 2023.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Cemig Geração Oeste S.A.

Belo Horizonte- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de Abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7